

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**-----

-----**REUNIÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003**-----

-----**ACTA NÚMERO OITO / DOIS MIL E TRÊS**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA – PRESIDENTE** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício; **Segundo Secretário** – João António Ricardo Mateus; -----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (PS); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); Adelino Manuel Rosa Simões (PSD); Abel José M. Bruno Henriques (BP); M.^a Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira (CDU); Vítor Manuel Ferreira Fonseca (PS); Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (BP); José Alexandre Fonseca (BP); António Maria Costa Timóteo (CDU); Victor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); Luís Filipe Godinho Montez (CDS/PP); Carlos João F. Pereira Fonseca (PSD); Ricardo José Henriques Daniel (PSD); Paulo Pereira Rodrigues (PSD); Susana Paula Geraldês Trindade Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); João António Ricardo Mateus (BP); José Manuel Gonçalves Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marques Henriques (BP). -----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes os senhores Presidente da Câmara António Carlos Albuquerque Álvaro, Vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte, vereadores António José Silva Faustino, Manuel Quintino Filipe Silva, Luís Alberto Camilo Duarte, Rui Fernando Figueiredo Viola, Jorge Manuel Costa Pereira, a Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, a Chefe de Divisão Financeira Reina Aires, a Técnica Superior Alexandra Maria Lourenço Trindade Clemente e o Assistente Administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira. -----

-----Pelas 21.35 horas o senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão que decorreu no Auditório Municipal de Bombarral. -----

-----**1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO CORRIGIDO PARA 2002:** Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que a revisão em apreciação tem a sua origem na não aprovação para 2003 e os limites do orçamento de 2002 se terem revelado insuficientes para satisfazer as despesas e outros agravos. O orçamento proposto e reprovado para 2003 tinha um diferencial de € 2.559.619, A revisão tem um valor de € 1.891.998 pelo que há ainda um diferencial que tem a ver com restrição nas despesas. Houve aumento de vencimentos em 2003, a contratação dos técnicos do GTL (decisão tomada por unanimidade pela Câmara Municipal) e foram preenchidos quadros técnicos de que a Câmara era carente. Do lado da receita estão consideradas receitas novas e o saldo de gerência. Na despesa, o pessoal, aquisição de bens e serviços, comunicações, transportes escolares, energia eléctrica, transporte de lixo, gás do pavilhão, piscina municipal, combustíveis, Teatro Eduardo Brazão. Apenas está a tentar obter uma certa normalidade na vivência autárquica. Observou que foram cumpridas as normas legais nomeadamente a afectação do saldo da gerência anterior, conforme se

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

comprova por parecer da CCDD e porque estamos perante a necessidade de pagar o mês de Novembro e o subsídio de Natal aos contratados e o mês de Dezembro a todos. Do Teatro existem autos no valor de € 235.295 e do Pólo II autos no valor de € 115.996. Devem com nobreza ser dignos representantes daqueles que neles confiaram. Espera e confia no bom senso para a provação deste documento porque a população não entenderia que tendo a Câmara um saldo de € 1.819.101,79 não se pagassem os compromissos com os funcionários, fornecedores e empreiteiros. -----

-----O senhor António Timóteo (CDU) declarou que: “vamos falar claro, com transparência e a verdade acima de tudo. O senhor tentou criar no pensamento dos trabalhadores da Câmara, o conceito de que a oposição e só a oposição, são os culpados, de eles trabalhadores, não receberem as horas extraordinárias e o subsídio de Natal. Quando o culpado é o senhor Presidente, o senhor e os vereadores dos eu partido. Senão vejamos: o orçamento não passou na Assembleia e muito bem! Foi chumbado pela oposição. Mas também é verdade que o senhor Presidente nunca mais apresentou outro orçamento à Assembleia Municipal. Porquê? É ou não verdade que o senhor está contra a Comissão de Acompanhamento do Orçamento não lhes facultando os documentos para controlo do mesmo. É ou não verdade que o senhor está a tentar passar para a opinião pública e para os trabalhadores da Câmara que todos os defeitos da má gestão da Câmara são culpa da oposição. Senhor Presidente o senhor está a seguir ou a tentar seguir as pisadas do seu partido no governo da nação. O senhor desde Julho, quando anunciou que iria deixar de pagar horas extraordinárias por falta de cabimento, poderia e deveria pedir a revisão do orçamento para estas rubricas. Não o fez, porque tinha em mente não o apresentar, porque era essa a sua estratégia, a sua e do seu partido. O senhor e o seu partido são os únicos responsáveis, se esta revisão não for aprovada, dado estar a juntar despesas de outras rubricas com as de pessoal. O Partido Comunista, como força política que integra a CDU, bem como esta no seu todo, defensores intransigentes dos trabalhadores, não estão indiferentes à votação que aqui se irá desenvolver.”-----

-----O senhor Nuno Mota (PSD) declarou que “A bancada do PSD quer congratular os serviços pelo facto da documentação ter sido entregue atempadamente de forma a permitir uma aprofundada análise da matéria em causa. Quer também deixar aqui uma nota para o contexto dos documentos que nos parece ter melhorado substancialmente. Perante o que nos foi apresentado e dada a importância dos assuntos que estamos a abordar salientamos a nossa vontade forte de ver consensos nesta assembleia, porque só com consensos e bons censos se poderá ver a Câmara Municipal a funcionar de forma normal como se deseja. A posição da bancada do PSD é favorável à aprovação desta revisão dado que ela permitirá desbloquear uma situação nada agradável para quem tem a missão de conduzir os destinos do município e do concelho. A não aprovação deste documento implicará certamente um atrofamento não só no desenrolar do trabalho da câmara como constituirá um obstáculo ao desenvolvimento da nossa terra. Esta em causa a imagem da câmara, a imagem do concelho e a imagem de todos nós Bombarralense. Esperamos que tenhamos isso em consideração e que não se faça história do concelho pela negativa. Se todos nós

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

lutamos pelo progresso deste concelho temos agora a grande oportunidade de prová-lo.”-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral declarou que “Mais uma vez a Assembleia Municipal do Bombarral reúne para tratar de assuntos de extrema importância para o município. Esta em causa a 1.ª revisão as grandes opções do plano e orçamento de 2002 corrigido. Certamente que todos nós teríamos gosto em estar aqui a tratar de revisão ao orçamento mas de 2003, no entanto, pelas razões sobejamente conhecidas por todos nós, esse instrumento de trabalho fundamental para a nossa câmara municipal e para o desenvolvimento do nosso concelho, nunca chegou a ver a sua aprovação por esta assembleia. Tal facto é certamente o principal factor que nos leva a estar aqui hoje. Esta revisão que nos e proposta tem como principal objectivo mexer com uma rubrica que atinge directamente muitas pessoas. Essas pessoas são o motor fundamental da máquina municipal que todos nós certamente gostaríamos, de uma vez por todas, ver a funcionar em pleno. E porque essas pessoas não são de forma alguma culpadas da situação actual, tendo elas os seus encargos familiares a cumprir, faço votos que esta reunião não comprometa os seus próprios orçamentos. Como tal, a nossa postura aqui hoje é de ouvir com o máximo respeito as pessoas que a favor ou contra aqui manifestem as suas posições. O nosso sentido de voto vai ser só um: - viabilizar o trabalho da Câmara Municipal não pondo em causa matérias tão importantes como compromissos assumidos pela mesma, e dos quais dependem muitos trabalhadores que fizeram questão de estar presentes nesta assembleia, já que sabiam que estaria em causa o eventual pagamento de encargos com a sua classe. A Câmara Municipal pretende ainda viabilizar o desenvolvimento do seu trabalho reforçando rubricas que permitam satisfazer as necessidades básicas de saúde e higiene no local de trabalho, continuar a suportar os custos com a energia, os custos com transportes escolares e os custos com assistência a serviços que todos nós pugnámos para que existissem em prol do desenvolvimento. Quanto aos números e a sua transição em termos de rubricas, nós conhecemo-los, sabemos que tiveram parecer favorável da CCCR e concordamos com eles. Estão, na nossa opinião bem fundamentados pela câmara municipal que os aprovou. Aproveito para desejar um feliz natal e próspero ano novo a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, a todo o executivo, aos membros da assembleia municipal e a toda a população em geral.” -----

-----A D. Susana Manco (PS) declarou que “o orçamento de 2003 foi reprovado por esta Assembleia Municipal à mais de dez meses e até hoje nunca mais nos foi apresentada outra versão, apesar do PS ter alertado para esta falta. Desde Março deste ano o PS deixou de ouvir falar do Orçamento e agora passados mais de seis meses o executivo do PSD vem com uma pistola apontada a esta Assembleia Municipal, sob forma de ameaça, para resolver um problema que não foi criado por nós! A Câmara Municipal gere e executa, a Assembleia fiscaliza. Para esta situação dramática que vivemos trabalhadores da Câmara Municipal são culpados: o senhor Presidente da Câmara, o senhor vice-presidente e o PSD, o partido que os apoia. Senhor Presidente, porque teve mais que avisos, a tempo e horas para que esta ruptura não acontecesse. Não se admite que um gestor competente e rigoroso só saiba que não tem verba para

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

pagar salários de Novembro em Outubro! E que queira virar funcionários contra funcionários, pagando a uns e não a outros. Podia e devia ter prevenido esta situação. Está a utilizar os funcionários contratados (os que têm menos apoio, os mais vulneráveis e com condições mais precárias) para minimizar o seu erro. O senhor vice-presidente afirmou publicamente em Junho que não se identificava com a gestão da sua Câmara! Mais grave, afirmou ao jornal Área Oeste que se a Câmara Municipal corria o risco de não ter fundo de maneio se não houvesse mudanças. Estas afirmações são graves vindas do número dois da Câmara Municipal, o senhor tem tantas responsabilidades de gestão dos dinheiros públicos como o senhor Presidente. Perguntamos: que fez o senhor vice-Presidente para mudar esta gestão? Que medidas tomou? Limitou-se a dizer que não concordava mas que era politicamente solidário com esta gestão! O senhor vice-presidente chama o senhor Presidente de incompetente (com todas as letras) mas... desculpa essa incompetência! Ou seja não concorda, cruza os braços, mas... fica. Mais grave ainda: o senhor vice-presidente antecipou que haveria falta de verba. O que fez o senhor para evitar chegar-se ao cúmulo de não se pagar a luz, os telefones e... os ordenados de quem trabalha! O senhor vice-presidente é tão responsável pela incompetência desta Câmara Municipal como o senhor Presidente! Não pelo que fez mas... pelo que o senhor podia e devia ter feito. O PSD não se cansa de dizer (até nesta Assembleia Municipal) que ganhou a governação, enterra a cabeça na areia para problemas graves de gestão do município e só desperta para fazer comunicados de congratulações de visitas e de promessas do senhor Secretário de Estado Adjunto. O PSD vive de tal maneira embriagado com o protagonismo que não olha ao mais importante que é o desenvolvimento do Bombarral, as obras que não se fazem, as contas que não se pagam e... o despesismo que aumenta. Num comunicado das Comissões Sindicais dos Trabalhadores da Câmara Municipal é dito que há divisão e desigualdade entre trabalhadores. Também é dito que os trabalhadores da Câmara Municipal têm sido vítimas de enxovalhos públicos e vexames. Sobre estas graves acusações tornadas públicas, o PS pretende obter mais esclarecimentos à Câmara Municipal. O executivo do PSD utiliza os trabalhadores como um meio para alcançar um fim! Enquanto que é apresentado um reforço para pessoal de 90.000 contos, é apresentado um reforço de 120 mil contos para outras despesas. O PS votou contra o orçamento por este mesmo motivo: gastava-se mais na Câmara Municipal do que com obras para o concelho! A nossa posição não mudou! O PS entende que os funcionários não devem ser penalizados pela incúria e pela incompetência do PSD. Os funcionários são as vítimas deste sequestro político. Porque esta situação resume-se a isto: o PSD vem hoje pedir um “resgate”, utilizando a verba para pagar os salários de modo a camuflar o aumento da despesa corrente da Câmara Municipal. Assumimos a nossa competência nesta Assembleia Municipal que é fiscalizar. É sobre isso que queremos saber como é possível que de 2002 para 2003 haja um aumento de 54.000 contos só em iluminação pública! Temos que fiscalizar porque razão a rubrica do concerto de Natal está gasta quando nem sequer houve concerto? Queremos saber como foi gasta a verba para a página da Internet se ela não existe? A resposta só pode ser uma: gastou-se mais do que se podia (e sem controle),

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

enfiando depois as facturas noutras rubricas. O PS vai querer saber em pormenor, quais e quantas facturas foram lançadas, rubrica a rubrica. Porque não entendemos que, se houve alterações orçamentais para outras rubricas porque não fez o executivo do PSD alterações para pagamento dos funcionários? Se podia porque não o fez? Por isso o PS entende que o executivo do PSD deve retirar esta proposta de revisão orçamental e apresentar uma nova proposta que inclua como ponto único o reforço da verba correspondente a despesas com pessoal. Se de facto há preocupação e vontade em resolver este grave problema da falta de pagamento de salários, entendemos que o senhor Presidente está em condições de imediatamente resolver o problema que criou e que é da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal.”-----

-----A D. M.º Los Angeles (CDU) questionou como é possível que o valor da dívida na rubrica de horas extraordinárias seja zero quando as mesmas não são pagas desde Junho. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara não teve forma de fazer uma alteração orçamental para poder pagar os salários de Novembro a todos os funcionários. A distração do senhor Presidente deve ter parado em Outubro quando já não havia verba para pagar os salários. “O Plano e o Orçamento de 2003 foram reprovados pela Assembleia Municipal em 10 de Janeiro de 2003. A partir daí, em todas as sessões desta Assembleia Municipal questionámos o Sr Presidente da Câmara quanto à apresentação de novo Plano e Orçamento. Chegámos a ir a uma reunião com vista à discussão de um novo plano, mas a reunião seguinte nunca se voltou a realizar e ficou tudo em águas de bacalhau, sem qualquer responsabilidade nossa, como é óbvio. Na sessão descentralizada realizada no Salgueiro referimos que a situação anómala vivida pela autarquia dava de facto muito jeito ao Sr. Presidente, já que lhe permitia não realizar obra, podendo escapar do reconhecimento das suas reais incapacidades, culpando a oposição pelo chumbo do plano. Na altura também pensávamos que ao ir administrando a Câmara com duodécimos, do mal o menos, não aumentaria as despesas correntes. Aqui enganámo-nos redondamente, já que, na revisão agora apresentada, se aponta para um aumento de cerca de 228 mil contos nesta área, sendo bom que se perceba que quer concordemos quer não, o que é um facto é que essas dívidas já existem e quer seja em Dezembro de 2003, em 2004 ou quando seja, elas terão de ser pagas. Quando no final de Abril lhe perguntámos se pretendia apresentar o Plano e Orçamento para 2003 em Dezembro fizémo-lo com alguma ironia, pois ainda que já habituados a situações muito *sui generis*, não nos passava pela cabeça que fosse possível estarmos a 28 de Novembro de 2003 (a 2 dias do último mês do ano) a fazer uma revisão do plano de 2002. Aqui interrogamo-nos: Como é possível que o Senhor Presidente da Câmara ao fim de 10 anos nestas funções, para além dos muitos anos mais que tem como vereador e deputado municipal, não tenha sido capaz de se aperceber que quando nos aproximássemos do fim do ano não poderíamos estar senão nesta situação caricata de ter esgotado a cabimentação das mais variadas rubricas do orçamento em vigor e, só nesta altura, apresentar uma revisão orçamental? - Como é possível que os vereadores do PSD não se tenham apercebido da situação danosa, a nível de gestão, a que estavam a dar cobertura? - Como é possível que o Senhor Presidente da Câmara sabendo os valores

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

que tinha orçado, tenha admitido mais pessoal sem precaver a cabimentação de verbas para prover aos respectivos salários? - Como é possível que o Senhor Presidente da Câmara tenha a distinta lata de defender que se os trabalhadores contratados não receberem os vencimentos em Novembro, Dezembro, e Subsídio de Natal a culpa não é dele? Que fique muito claro, a culpa não é de mais ninguém senão do Presidente da Câmara e dos seus vereadores. Estamos nesta situação por incapacidade, por inércia e por irresponsabilidade de quem governa o nosso município. Perante a ineficácia de acção da maioria dos vereadores, incapazes de inverter a estratégia delineada pelos dois vereadores e pelo Presidente do PSD, chegamos de novo a uma situação extrema para ser resolvida pela Assembleia Municipal. E desta vez, estamos sujeitos a uma chantagem com maior requinte das que estávamos já habituados a sofrer. Isto porque a estratégia utilizada nem sequer é nova, já que a chantagem do executivo face à Assembleia tem sido uma constante., no passado por exemplo se não aprovássemos o PDM, porque o prazo se estava a esgotar, não tínhamos acesso a fundos comunitários e a cedência de alguns teve como resultado prejudicar gravosamente muitos munícipes bombarralenses, hoje são os trabalhadores da autarquia que estão aqui em causa, já que nos é dito que não se consegue garantir o pagamento de salários e subsídio de natal a todos os funcionários do Município. O PSD não é capaz de gerir a autarquia, gasta muito mais do que tem para gastar e quem paga as favas são os trabalhadores autárquicos, que não têm qualquer responsabilidade na questão. Eles são o elo mais fraco e ao mesmo tempo podem vir a ser a solução do problema do executivo se funcionarem como moeda de troca. Aproveita-se a situação de maior precariedade dos trabalhadores contratados, aponta-se com a possibilidade de pagar ao pessoal dos quadros dividindo assim os funcionários, deixa-se chegar a situação até à época natalícia, sabendo-se que alguns destes trabalhadores lidam já com dificuldades por terem contado com o dinheiro a que têm direito pela realização de trabalho extraordinário que não recebem desde Julho, e aproveitando-se a sensibilização dos deputados municipais para os problemas humanos e familiares existentes utilizam-se os trabalhadores para aprovar uma revisão que trás em si a aceitação de termos estado um ano sem qualquer linha de rumo definida e termos mesmo assim conseguido aumentar a despesa corrente sem que em contrapartida tenha existido qualquer investimento. Ou seja, o Bombarral ficou suspenso no tempo um ano, desbaratou dinheiro público e se não quisermos avalizar a situação, as despesas não deixam de estar feitas (só não serão pagas já) mas os trabalhadores não receberão os vencimentos a que têm direito. Por uma questão de princípios e honestidade política não podemos pactuar com o desnorte e desorganização de gestão deste município, repudiando veementemente esta situação, mas também não conseguimos de modo nenhum aceitar que por jogada política se penalize quem trabalha, se jogue com a sua dignidade pessoal e profissional e como se não bastasse ainda se procure instrumentalizá-los. Gostaríamos de estar enganados nesta nossa análise. Se esta é uma situação de incúria e não de chantagem o desafio que aqui deixamos ao Senhor Presidente é de que retire esta proposta de revisão e apresente outra na próxima semana que salvasse os vencimentos de Dezembro.”-----

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o orçamento foi reprovado em Janeiro e nessa altura solicitou aos serviços para desenvolverem a reformulação do mesmo. Como tinha de apresentar até Abril ao tribunal de Contas a Conta de Gerência de 2002 deu instruções para prioritariamente se desenvolverem as contas. Por várias vezes referiu a dificuldade da Divisão Financeira para executar em simultâneo a revisão do orçamento e a Conta de Gerência. Não houve qualquer propósito de não apresentar as contas, houve foi até Maio, dificuldade em executar os dois conteúdos. Finalizado o primeiro semestre, a elaboração do orçamento no segundo semestre trazia como agravo a nova classificação orçamental. Acreditou naquilo que foi conversando à mesa de trabalho no sentido de que seria mais útil prepara o orçamento para 2004 e fazer uma revisão ao de 2002. Tendo em conta as receitas novas e a possibilidade de recurso ao saldo de gerência anterior, não havia da sua parte qualquer sinal de fuga à apresentação do orçamento nem qualquer chantagem, nem qualquer propósito de fugir à prestação de informações à Comissão de Acompanhamento da Execução do Orçamento, o que vem demonstrado na apresentação destes documentos. Se não tivesse sido a contratação da nova Técnica Superior Economista, teria grandes dificuldades em fazer a revisão e gizar a elaboração do orçamento de 2004. A nova Técnica Superior Economista tem a incumbência de procurar estruturar a Divisão Financeira. Relativamente às horas extraordinárias, quando fez a reunião com os funcionários limitou-se a informar da necessidade de no último trimestre procurar haver contenção nas horas. Dada a situação de contenção até final do ano, pediu essa colaboração aos funcionários. Julga que esteve no espírito em termos de afirmação que há alguma diferença entre orçamento e pagamento. A Câmara Municipal tem a verba que referiu, mas para fazer despesa tem de ter a respectiva cabimentação. Não é o Presidente da Câmara que está a utilizar os contratados. O dinheiro no cofre está todo junto, mas no orçamento está separado. Uma vez que existe dotação suficiente para satisfazer os compromissos com os funcionários do quadro mas não existe essa dotação para os contratados, daí não lhes haver pago. Em 2003 a massa salarial dos contratados é substancialmente diferente da de 2002. Lembrou que do GTL fazem parte 8 técnicos que representam uma massa salarial mais elevada e chegou-se a um momento em que houve exaustão. Não está a utilizar trabalhadores contra trabalhadores. Na iluminação pública os custos subiram porque a Câmara Municipal de Bombarral celebrou com um ano de atraso o protocolo com a EDP porque a Câmara procurou ver da hipótese de inclusão de algumas cláusulas, pediu ao engenheiro electrotécnico que assessoria a autarquia para analisar o protocolo em termos de acautelamento, mas como essa situação tem um organismo regulador, foram fixados pelo mesmo as cláusulas, daí não terem obtido deferimento ou alteração. Só podem fazer uma alteração orçamental quando houver exponente numérico que permita reforçar outras rubricas. Quando tal não se verifica a alteração deixa de ser possível. Quanto aos não pagamentos à previdência, disse que até agora não tiveram qualquer perturbação. A certidão é válida até Dezembro e a situação está a ser esquematizada. Considerou algo forte atribuírem-lhe a referência de gestão danosa. Não é seu método utilizar pessoas contra pessoas procurando funcionar como árbitro. A nenhum

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

funcionário disse para vir, limitou-se a dizer que a sessão é pública e que não deviam perturbar o funcionamento da mesma. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) declarou que “1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois aspectos fundamentais: Quanto à forma só poderei lamentar o modo atabalhoada como o assunto foi conduzido ao nível do executivo, com dúvidas de ordem legal, envolvendo pareceres jurídicos, e sobre tudo, misturando interesses e opções de ordem política, com interesses pessoais dos funcionários da autarquia. Ainda quanto à forma registo dois momentos retractados nas actas das reuniões do executivo: O 1.º reporta-se à votação. Três votos a favor, três contra e uma abstenção do vereador socialista, Costa Pereira. O representante socialista no executivo camarário já nos vem habituando a que nos momentos polémicos abstém-se ou então afasta-se, não votando. Será que não tem opinião sobre matérias fundamentais para o município? Será que entende ser esta a forma de governar e assumir as suas responsabilidades políticas na Câmara? E agora? o grupo municipal socialista também se ficará pelo *nim*? São questões que me ocorrem e não posso deixar de as colocar. Outro momento igualmente assinalável, e que critico, está registado em acta, a propósito do eventual atraso no pagamento dos salários aos funcionários da Câmara, quando o sr. Vereador socialista diz que, e cito a acta "...teve uma reunião com os representantes sindicais dos trabalhadores, porque foi assediado para explicar a sua posição na revisão orçamental, porque se fez constar que era por causa dele que a mesma não era aprovada.", fim de citação. (acta n.º 50, de 3/11/2003) Esclareça-nos sr. vereador: O sr. participou na reunião, na assunção das suas responsabilidades, ou porque tem medo dos comentários dos funcionários? Um segundo acto relacionado, reporta-se a uma entrevista que o sr. Vereador socialista, acompanhado de outros elementos do seu partido, deu a um jornal local, em que se manifesta muito preocupado com os vencimentos dos funcionários, como se se encontrasse a quilómetros de distância do assunto e a responsabilidade não fosse também sua. O sr. esqueceu que é vereador com pelouros atribuídos e portanto co-responsável pela boa e má gestão do município? Como é que o sr. se permite vir para a comunicação social como se de tudo isto, nada fosse consigo? Devo dizer que estou solidário com os funcionários da autarquia e preocupado com as dificuldades que a situação lhes possa trazer. Mais, estou totalmente disponível para colaborar numa solução. Mas não aceito que alguém possa fugir às suas responsabilidades. Quanto ao conteúdo da proposta em si mesma, não tendo formação nesta área, fiz umas contas simples, mas que deixam altamente preocupado. Confrontando o orçamento aprovado para o ano de 2002 e que, como é sabido, serve de base para a gestão de 2003, a conta de gerência de 2002, aprovada na Câmara e votada desfavoravelmente por esta Assembleia, o orçamento para 2003, aprovado pelo executivo e reprovado pelo órgão deliberativo e o documento em discussão, a revisão orçamental, simplificada no que se refere às despesas correntes, verifica-se que a revisão representa uma variação na despesa em 2003 de + 23,65%, relativamente ao orçamento de 2002, sendo Nas despesas com pessoal + 17,32%; Nas despesas de aquisição de bens e serviços + 39,74%. Relativamente ao executado em 2002, portanto à conta de gerência de 2002,

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

com esta revisão a despesa em 2003 significa + 50,71 % Sendo: despesas com pessoal + 37,91%;despesas de aquisição de bens e serviços + 82,53%; Relativamente ao orçamento, para 2003, aprovado pela Câmara e reprovado na Assembleia Municipal, esta revisão representa uma variação de + 13,71 % nas despesas com pessoal e + 16,37% em despesas de aquisição de bens e serviços Para mim, que votei favoravelmente o orçamento para 2003, portanto numa linha de coerência, estas taxas sou as que mais me chocam. Tanto mais, porquanto os índices de execução orçamental no ano de 2002 se ficaram por isto: despesas correntes 82,04% sendo: despesas com pessoal 85,07%; despesas de aquisição de bens e serviços 76,56%. Nas despesas de capital, que nesta revisão apenas sofre transferências de verbas entre rubricas, este índice cifra-se em 73,38%. Não compreendo, tenho dificuldade em aceitar e gostaria que o sr. presidente me explicasse, como é que, relativamente a um orçamento elaborado por si, que é a sua previsão, o sr. permite que as despesas com o pessoal disparem em 13,71%, as despesas de aquisição de bens e serviços em 16,37% e por outro lado o investimento, aquilo que representa obra, as despesas de capital mantêm-se. A parte das percentagens, será bom termos presente que o aumento proposto para as despesas correntes, de alguma forma equivalente a despesas de funcionamento, em 228 359 contos, aos números de hoje, é uma verba muito superior aquilo que em média passa pelos bolsos das famílias portuguesas durante uma vida de trabalho. Não nos esqueçamos que é do dinheiro destes portugueses que estamos a tratar. Seria normal e perfeitamente aceitável se estivesse-mos aqui a tentar repor as verbas que o executivo estimou no orçamento para 2003, acrescidas de taxas próximas da inflação. Seria aceitável e desejável que estivesse-mos aqui a reforçar verbas para os investimentos de que o concelho carece, para melhorar a vida dos munícipes, mas infelizmente não é o que se verifica.” -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) declarou que “Quando devíamos estar a discutir o Orçamento da autarquia para 2004, a Câmara Municipal traz a esta assembleia, uma revisão ao Orçamento de 2002. Durante um ano inteiro, o órgão executivo demonstrou uma confrangedora incapacidade para a elaboração de um orçamento e PPI que reunisse o mínimo de condições de ser aprovado pela assembleia municipal. O prazo de apresentação de contas ao Tribunal de Contas é igual para todas as autarquias do país. E isso não foi motivo para que as restantes 305, se não me engano no número, não tivessem aprovado os respectivos orçamentos e PPI's para 2003. As conversas que o senhor refere e apontavam a agulha para a elaboração de um orçamento para 2004 esquecendo o de 2003 ocorreram em Setembro. O senhor Presidente da Câmara informou os restantes membros do executivo na reunião ordinária de 13 de Janeiro, há mais de dez meses, não são dez dias, são dez meses, que Em face da reprovação pela assembleia Municipal do orçamento e PPI para 2003 e de harmonia com as propostas apresentadas, vai-se proceder à respectiva revisão. Irá agendar este assunto proximamente e após troca de impressões (acta n° 2/2004). Duas reuniões depois, em 27 de Janeiro informou que: está a ser efectuada a reformulação do orçamento e plano plurianual de actividades esperando trazer o assunto a reunião de câmara na primeira quinzena de Fevereiro (acta n° 4/2003). É fácil de ver o abismo

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

que existe entre as declarações de intenções do Presidente da Câmara e a sua prática. Aliás, não se trata de qualquer revelação dos últimos dias ou dos últimos meses. A experiência vivida, quer no seio do executivo, quer perante esta assembleia municipal, demonstra à evidência que o que o Presidente da Câmara anuncia vale tanto como uma mão cheia de nada. Esta atitude, feita prática corrente retira-lhe, desde logo, uma condição estritamente necessária para quem conduz os destinos de um Concelho – credibilidade. A falta de credibilidade não está solteira, vive neste executivo em perfeita comunhão com outras faltas: A falta de rigor; A falta de competência; A falta de capacidade política; A falta de capacidade de gestão; A falta de criatividade; A falta de liderança e A falta de respeito. A falta de respeito, antes do mais, para com esta Assembleia Municipal, o órgão mais representativo da autarquia. A forma como têm sido apresentados os documentos relativos à situação financeira do município, completamente enganosos, evidenciando receitas a uma data por contraponto a despesas reportadas a vários meses antes, por vezes com correcções apresentadas à pressa no início da própria sessão. Neste mandato, que vai a meio, nunca por uma vez que fosse, foi discutida ou sequer agendada, uma única das recomendações aprovadas, por larga maioria, pela Assembleia Municipal. E refiro só as principais que têm a ver com questões da maior importância para o Município e para o futuro dos bombarralenses: A zona de actividades económicas; O Parque Desportivo e de Lazer do Falcão; O contrato-programa de desenvolvimento desportivo relativo ao ciclismo versus o reforço da transferência de verbas para as juntas de freguesia. A falta de rigor, de competência, de criatividade e de capacidade de gestão deste executivo, *maxime*, do seu Presidente, não são conceitos abstractos que apenas sirvam para ilustrar o discurso político da oposição. Estão bem patentes e são fisicamente sentidas e visíveis no nosso Concelho. É o caos urbanístico e a completa descaracterização da sede do Concelho, onde se constrói massivamente sem o mínimo cuidado ou preocupação com o arranjo urbanístico e a implementação de espaços verdes. São artérias que se fecham à circulação durante meses para instalação de estaleiros afectos a obras particulares, são as ruínas que se vêm mantendo no centro da vila, sem que a Câmara faça a mínima diligência para inverter este estado de coisas, são os pátios das feiras que se realizam na mata municipal que ficam meses, quase um ano como foi o caso da Feira da Pêra Rocha de 2002, na principal sala de visitas do Concelho que é o Largo do Município, exibindo assim perante quem nos visita o desleixo dos responsáveis pela autarquia. São os pavilhões dos diferentes certames que ficam meses a apodrecer na Mata Municipal, essa jóia da Coroa do Bombarral, onde tudo se pode fazer, independentemente do impacto negativo que tenha, menos andar de bicicleta, absurdo que recentemente e neste local, tive oportunidade de denunciar. São equipamentos onde se investem avultadas somas de dinheiros públicos que se deixam ao abandono e à mercê do vandalismo, como é exemplo sintomático, o parque de campismo do Picoto. É o quartel de bombeiros literalmente a cair de velho. É a ocupação de terrenos municipais por particulares, sem que a Câmara alguma coisa faça para lhe pôr cobro. São muitas das escolas do Concelho há muito carecidas de pequenas obras de reparação e conservação que aguardam anos e anos pela intervenção da Câmara

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

Municipal. São as obras de modernização do edifício dos Paços de Concelho cujo arranque quase se eternizava, tendo mesmo a chegar a colocar em risco a utilização de fundos da administração central. São os cerca de 13.600 contos gastos só este ano com o aluguer de uma viatura de recolha de lixos, sem que se resolva o problema de raiz, são aquisições de viaturas automóveis com dez e mais anos de idade, tudo ao arrepio das mais elementares regras de gestão, num completo e despidorado desperdício dos dinheiros públicos. É desbaratar 72.000 contos, ao abrigo de um pretensu contrato-programa de desenvolvimento desportivo, reiteradamente incumprido quer nos seus pressupostos, quer nos objectivos de prossecução de interesse público, impostos pela Lei de Bases do Sistema Desportivo. 72.000 contos estes que objectivamente apenas servem para ajudar uma empresa do Seixal a vender alumínio e outra de Águeda a vender parafusos e para satisfazer alguns caprichos pessoais de quem quer aparecer na fotografia. É um plano municipal de protecção civil que é apresentado a esta assembleia, com dados estatísticos completamente desactualizados e cuja correcção estava à distância de um click, com números de telefone que há largos anos foram modificados, É um site na Internet em off há quase dois anos. É a ausência de uma única ideia para o desenvolvimento do Concelho, que lhe confira competitividade no quadro das boas acessibilidades e da centralidade que ocupa na Região em que está inserido. É uma confrangedora falta de sensibilidade para procurar e incentivar o investimento privado no Concelho e a correlativa criação de postos de trabalho e riqueza e, ao invés, uma manifesta inabilidade para lidar com estes processos como está demonstrado à evidência no triste arrastar do processo Hospiarte / Mundinter. E muitos mais exemplos havia para chamar aqui à colação, só não o fazendo, para evitar que fiquemos aqui o resto da noite. Por último, a falta de capacidade política. A forma e o tempo como esta revisão orçamental chegam à assembleia. O que é de esperar de uma assembleia, onde a oposição é maioritária, que reprovou a proposta de Orçamento e PPI para 2003, tendo apresentado sugestões concretas e fundamentadas que não sofreram por parte do executivo qualquer contestação e que deveriam ter conduzido à apresentação de uma nova proposta assim reformulada? Que esperar de uma assembleia que votou desfavoravelmente as contas de gerência de 2002, cujo saldo se pretende agora, utilizar, na totalidade nesta proposta de revisão orçamental? O Presidente da Câmara gere as crises que cria em cima da situação. Gere de manhã para a tarde, com sucessivas fugas para a frente. Em vez de, como era sua obrigação e como o impunham os resultados eleitorais que o legitimam no cargo mas que lhe dão uma maioria apenas relativa, ter procurado elaborar um orçamento que reunisse as condições mínimas para ser aprovado pela Assembleia Municipal e que lhe conferisse alguma estabilidade na gestão do município, optou pela atitude de “enquanto o pai vai e vem folgam as costas”. E vai daí, foi fazendo a sua pequena e comezinha gestão do dia a dia, que pouco mais tem sido que pagar as despesas que vão aparecendo, deixando arrastar a situação até à última, como se os meses de Novembro e Dezembro não estivessem no calendário gregoriano. Mais uma inebriu-se com a visão da árvore (leia-se da votação no órgão executivo) esquecendo a floresta (leia-se a Assembleia Municipal). Quando foi preciso vir à luta na assembleia,

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

terreno de batalha que lhe tem sido particularmente adverso (compreendo até que para si seja uma maçada que aliás, não consegue disfarçar, vir para aqui aturar-nos mas tenha paciência senhor Presidente, a democracia tem destas coisas, tem destas maçadas), o Presidente da Câmara adoptou uma tática militar que começa a fazer escola nos tempos modernos – arranjou escudos humanos para defender a sua posição – os funcionários da autarquia. O senhor Presidente desta vez levou longe demais a sua estratégia, Tentou utilizar numa manobra de diversão, de uma forma a todos os títulos condenável, os funcionários da autarquia, criando-lhes ansiedade, intranquilidade, para prosseguir os seus objectivos Não olhou aos meios para atingir os fins. Quis condicionar de uma forma a todos os títulos censurável, a Assembleia Municipal. Felizmente, os funcionários desta autarquia são pessoas inteligentes e perceberam esta jogada, como resulta claramente do comunicado hoje distribuído à imprensa. É importante que as pessoas saibam que os vencimentos dos funcionários da Câmara nunca estiveram em causa. Apenas serviram a estratégia desesperada do órgão executivo para conseguir uma revisão orçamental que aumenta a despesa corrente em mais 26%. Isto é tanto mais surpreendente quando o próprio vice-Presidente de Câmara apresentou em reunião de Câmara de 31.03.2003 uma sugestão para redução das despesas correntes que abrangia 54 rubricas num total de € 530.000. Esta questão dos vencimentos está desmistificada. Há cabimento suficiente sem necessidade de qualquer revisão orçamental para pagar estes compromissos. Ou se um tostão faltasse, o Presidente da Câmara sempre poderia para esse efeito, usar de competências próprias e aprovar uma alteração orçamental. Mas para eliminar qualquer dificuldade que, neste momento não vislumbramos, desde já, o Grupo Municipal “O Bombarral Primeiro” se disponibiliza, para na próxima terça-feira, se tal se vier a revelar necessário e for entendimento unânime da Assembleia, aqui voltar a reunir para, se for caso disso, aprovar a necessária revisão orçamental, única e exclusivamente com esse fim, Aliás foi isso mesmo que os vereadores do Bombarral Primeiro propuseram na reunião de Câmara de 03.11.2003. Não podemos e sob qualquer pretexto, branquear esta gestão a todos os títulos desastrosa para este concelho e para o nosso futuro colectivo.” -----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal declarou que “Estamos hoje nesta Assembleia Municipal, onde um dos Pontos da Ordem de Trabalhos, a Revisão Orçamental, é um ponto muito importante para o Concelho e essencialmente para todos os seus munícipes. Quando está em causa o cumprimento dos deveres da Câmara Municipal com instituições e essencialmente com pessoas, devemos todos nós reflectir, mas sobretudo agir de forma correcta e não pondo em causa a imagem do nosso Concelho. Quero pessoalmente felicitar os serviços desta Câmara por desta vez nos ter fornecido, no devido tempo, os documentos para fazermos uma análise detalhada dos mesmos. Após a análise destes documentos e verificando que hoje a não aprovação desta Revisão inibe a Câmara Municipal de cumprir com os seus compromissos, colocando assim em causa o seu funcionamento normal, estou certo que nenhum dos Senhores Deputados Municipais ousará votar contra esta Revisão. Estando nós numa época Natalícia e verificando que está em

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

causa, entre outros, os pagamentos dos trabalhadores desta autarquia fico muito preocupado. Pois eles trabalhadores, como qualquer um de nós, gostam de honrar os seus compromissos e com toda a certeza que ninguém aqui presente gostaria de se encontrar nesta situação. Penso que a melhor forma de fazer uma avaliação às preocupações que eles enfrentam é colocarmo-nos no seu lugar, e imaginar se fossemos nós? Minhas Senhoras e Meus Senhores, Tendo esta Câmara receita suficiente, não fará qualquer sentido colocar em causa um Direito fundamental, o direito ao recebimento pelos serviços prestados Devemos reflectir. Com certeza que todos os eleitos aqui presentes, quando nos candidatámos, transmitimos ao eleitorado que pretendíamos o melhor para o nosso Concelho. Que a Câmara cumpra o pagamento com os encargos de saúde; Que cumpra com o pagamento à Segurança Social; Que continue o Bom Serviço que nos está a prestar na Piscina Municipal; Que continuemos a ter iluminação pública, bem como a dos Paços do Concelho e outros edifícios; Que não esteja em causa o fornecimento de água ao Concelho; Que a Câmara continue a transportar as crianças às Escolas; Que a Câmara honre todos os seus compromissos, como por exemplo, a Associação de Municípios do Oeste; Que os Bombeiros Voluntários, o Serviço Social dos Trabalhadores do Município, o Centro Social e Paroquial, entre outros, recebam o que têm direito. Estou certo que nenhum de nós, Deputados Municipais, irá por tudo isto em causa com o seu voto, pois continuo a acreditar que apesar das diferenças existentes numa verdadeira Democracia, existe uma causa que nos unir – o nosso concelho!”-----

-----O senhor Victor Garcia (CDS/PP) declarou que os alertas que a Assembleia Municipal foi fazendo e a Comissão Municipal de Acompanhamento da Execução do Orçamento foram votados ao desprezo e hoje são confrontados com esta situação. Ainda bem que o senhor Presidente apelou aos funcionários para aqui virem, pois assim podem ficar esclarecidos. A Comissão que deveria ser de acompanhamento da execução do Orçamento e PPI reuniu três vezes para elaborar uma acta a dizer que a Câmara não forneceu elementos para poderem trabalhar. O orçamento foi chumbado em Janeiro e depois todas as forças políticas foram chamadas para fazerem propostas para reformulação do orçamento. Parecia que tudo estava a correr bem e que tinham ouvido as suas sugestões. Afinal o que apareceu foi aquilo que estão a analisar hoje. Lembrou que numa sessão realizada no Pó, após se estarem a discutir politiquices que nada serviam o concelho, alertou que após mais de meio ano sem orçamento ninguém fazia pressão para ser apresentado um novo orçamento e PPI. Nunca o executivo pode acusar a oposição de não terem feito sugestões e colaborado para que esse orçamento fosse elaborado. Ao Presidente da Câmara e aos vereadores do PSD interessa mais não haver orçamento. O problema é que se esqueceram que Novembro e Dezembro iriam aparecer. Sabem que o dinheiro existe mas como não apresentaram o orçamento parece agora como reforço do orçamento de 2002. Já estão habituados às pressões quando as coisas são quentes. Que fique bem frisado que se hoje a revisão não passar o odioso não será da Assembleia Municipal. A culpa é do Presidente da Câmara e dos vereadores do PSD. -----

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que têm razão quando dizem que o que se passa no Bombarral não se passa noutras autarquias, mas o mal não está só de um lado. A sociedade dá-nos a liberdade de critica. O que se vem passando no Bombarral é sui generis. No Bombarral as obras do pólo II estão a levar 6 anos mas a culpa não é sua. A sua segunda Câmara reformulou o projecto aprovado pela primeira. A burocracia existe, mas quem vive da burocracia são os burocratas. Não existe grande descrédito entre o que afirmam e aquilo de que o rotulam. Não é funcionário da Câmara ao contrário do que alguns pensam. Tem de exigir que os funcionários sejam céleres na elaboração dos documentos. A Assembleia não aceita a justificação de que a Divisão Financeira não tinha capacidade de elaborar dois documentos ao mesmo tempo, mas o que é que pode fazer? Referiu que os pavilhões da mata municipal este ano já foram retirados. No caso da HOSPIARTE colaborou num acto nulo da Câmara. A HOSPIARTE é dona de dois lotes na zona industrial e não fez nenhuma diligência para construir porque precisa de mais terreno e quer que a Câmara lho dê. A responsabilidade é de todo o executivo. O Concurso Internacional de Recolha de Resíduos Sólidos foi a segunda grande ilegalidade que se queria cometer e que este executivo obviou ao deliberar anulá-lo. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho está na última fase de elaboração e tem contributos de todos os membros do executivo. Está em apreciação o último relatório do Plano de Requalificação da vila de Bombarral. A própria revisão do orçamento para chegar à Assembleia demorou um mês. Quando recebeu dos serviços, enviou à Câmara para conhecimento e ficou agendada a sua discussão para 15 de Outubro. Foi colocada uma questão de ilegalidade tendo sido feita argumentação verbal, mas foi dito que tinha de vir por escrito. Passada a argumentação a escrito agendou novamente o assunto em 27.10.2003, mas foi dito que o parecer era técnico quando devia ser jurídico. Veio o parecer jurídico da CCDR, mas foi dito que faltava a componente política. Isto levou a que a proposta fosse aprovada apenas em 03.11.2003. Solicitou o agendamento de uma sessão da Assembleia Municipal o mais depressa possível, mas em face do calendário existente só foi possível hoje. Nunca pretendeu fugir à prestação de qualquer informação tendo enviado os pedidos da Comissão Municipal de Acompanhamento do Orçamento para a Divisão Financeira que teve dificuldade em responder. Entretanto chegou a Técnica Superior Economista. A semana passada o Bombarral Primeiro pediu elementos e estes já foram satisfeitos. Não sugeriu a nenhum funcionário para vir à Assembleia Municipal. Não necessita jogar com as pessoas, poderá é servi-las e ajudá-las. -----

-----A D. Susana Manco (PS) disse que não pode deixar de responder ao senhor João Paulo Hermenegildo. Considerou que este “tem uma lata” ao utilizar o excerto da acta da reunião de Câmara onde o vereador socialista informa da reunião que teve com os sindicatos por causa do boato de que não havia dinheiro para os vencimentos, para livrar o seu capote. Lembrou que o PSD tem três vereadores na Câmara. Só com um a grande dose de lata e descaramento se pode dizer isto. Aconselhou a não usar estas manigâncias para livrar o PSD de culpa. O Presidente da Câmara com amigos como o senhor João Paulo Hermenegildo não precisa de inimigos, porque este fez um discurso

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

pessimista tendo sido quase o deputado mais crítico. Existem problemas graves e não se deve partidarizar as coisas. O Presidente da Câmara está cá todos os dias e um dos vereadores do PSD também. O vereador do PS passa metade da sua vida na Câmara às suas custas. O vice-Presidente da Câmara não está cá e se calhar gere o município via telefone. Não se deve utilizar outros com posições mais fragilizadas. Quem tem direito ao seu trabalho não deve ser penalizado. Já que o senhor João Paulo Hermenegildo criticou a gestão, lança-lhe o desafio de apoiar a sua posição. Retira-se a proposta de revisão, reúnem-se lá fora e depois resolvem o problema. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhal também tem responsabilidades porque é o Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD. A responsabilidade é dos três vereadores do PSD. Mais cego do que o que não vê é o que não quer ver. Vamos resolver o problema. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) manifestou o seu agrado pela intervenção do senhor João Paulo Hermenegildo porque tudo aquilo que têm vindo a falar já foi apreendido e parece que já é unânime. Pensa que o problema dos vencimentos do pessoal é fictício e é triste estar a meter estas pessoas numa situação de ansiedade porque não merecem e isto não prestigia o Bombarral. Questionou sem em 30.10.2003, havia ou não possibilidade de fazer uma alteração orçamental para pagar aos funcionários. A razão desta revisão é a possibilidade de incluir como receita o saldo da gerência anterior porque até aqui não havia essa possibilidade, o que faz com que a despesa corrente dispare 208.000 contos. 1 - Saldo gerência para 2003: Valor de 962.213,41 euros (193.000 contos) que inclui 343.072,15 euros (70.000 contos) de Operações de Tesouraria. Consideramos que o valor a utilizar deveria ser de 619.141,26 euros (124.000 contos) de saldo orçamental. O legislador entendeu que este mesmo saldo só deve ser utilizado através de revisão orçamental após a votação e apreciação da prestação de contas no órgão deliberativo, no caso de se entender que este mesmo saldo só depende de aprovação pelo órgão executivo, o mesmo poderia ser utilizado através de alteração orçamental. 2 - Entendemos de completa má gestão a utilização deste saldo na sua totalidade, na medida em que compromete o futuro da autarquia, pois o mesmo só é utilizado para aumento de despesa corrente, ou seja, despesa não produtiva, despesa que em nada contribui para criação de riqueza, mas sim para criar mais endividamento fútil e contribuir definitivamente para o ainda maior atraso do nosso concelho. 3 - O ano de 2003 foi apenas de gestão corrente, só tentaram gerir a despesa corrente, pois esta cresceu de 2002 para 2003 no valor de 1.038.980,69 euros (208.000 contos), ou seja de 3.951.908,17 para 4.990.888,86 euros. Mais 26 % de aumento. Como afinal já havíamos dito, aquando da discussão do orçamento para 2003, (Dezembro de 2002), em que vaticínávamos um aumento de despesa de mais de 200.000 contos. (Tínhamos as contas bem feitas). 4 - Como prova definitiva de má gestão, as despesas de capital diminuíram de 2002 para 2003, 1.711.265,19 euros (343.000 contos), ou seja de 3.810.594,23 para 2.099.329,04 euros. Menos 45%, onde este indicador deveria corresponder a um valor positivo. Sendo de realçar que nestas despesas de capital estão incluídas as amortizações dos empréstimos, sendo o valor líquido para obras ainda menor que este valor. Como na

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

discussão do orçamento para 2003 também concluímos, que a CMB não conseguiria disponibilizar verbas próprias para poder utilizar os fundos comunitários, e as obras efectuados foram de um nível de execução miserável, pois como na altura avançámos estas obras dependiam em grande parte da venda dos lotes do POLO 11 o que não veio a acontecer e comprometeu as novas obras, a execução destas em 2003 foi de 22% e a execução global foi de 9%. 5 - A receita corrente em 2003 diminuiu 587.517,29 (106.000 contos) ou seja de 5.204.390,46 para 4.673682,49 euros. Menos 11 %, onde este indicador deveria corresponder a um valor positivo. Como também afirmámos em Dezembro de 2002 aquando da discussão do orçamento para 2003, as receitas correntes são aquém do previsto, e continuarão a ser futuramente, pois os nossos gestores autárquicos não criaram as condições de prosperidade e riqueza que fizesse com que as receitas para a autarquia viessem a aumentar, mas como o que fizeram foi "nada" hoje as receitas são cada vez menores e que toma inútil qualquer programa de recuperação e expansão sustentado. 6 - A receita de capital em 2003 diminuiu 587.517,29 (117.000 contos) ou seja de 2.683.846,33 para 2.099.329,04 euros. Menos 22%, onde este indicador deveria corresponder a um valor positivo. Esta verba será também cada vez menor em virtude das transferências do Estado diminuírem e como já foi explicado a CMB não gere fundos próprios necessários para a utilização dos fundos comunitários e da Administração Central. 7 - PPI - A sua execução foi paupérrima, pois do montante previsto para 2003 de 7.481.226,00 euros (1.500.000 contos) apenas foi executado 1.630.997,73 (327.000 contos) ou seja menos 5.850.228,27 (1.173.000 contos). Pergunta-se: O que se andou a fazer durante todo o ano de 2003? Assim: Esta revisão apenas serve para aumentar despesa e vai naturalmente e assustadoramente comprometer a gestão dos anos futuros, pois a utilização na totalidade do referido saldo de gerência, condicionará este saldo para gerências seguintes que, ficará a nível zero, e então haverá verbas no orçamento mas não haverá euros para pagar essas mesmas verbas. Terão então os trabalhadores, aí sim, grande preocupação, pois nessa altura é que os seus ordenados ficarão e de que maneira em perigo. O Sr. Presidente não terá mais esta solução contabilística (milagrosa) de utilizar o saldo de gerência que já vem sendo acumulado ao longo de diversos anos. (Era em 2001 já de 153.000 contos). O gerir (melhor não gerir) durante um ano inteiro sem orçamento só prova o desnorde e falta de capacidade de gestão da actual equipa que governa (ou melhor desgoverna o nosso tão maltratado Bombarral). Merecíamos muito melhor para não sermos alvo de chacota dos nossos vizinhos. Nada é pensado em termos de gestão futura, criação de riqueza, desenvolvimento e prosperidade para o concelho, que assim cada vez será mais pobre e acentuará as diferenças para os concelhos vizinhos, pois sem criação de riqueza as receitas cada vez serão menores e com o despesismo instalado o buraco financeiro será cada vez maior, sem que a autarquia tenha possibilidades de recuperar. Tudo o que dizemos não são palavras vãs, pois com já demonstrámos tudo o que apontámos quando discutimos o orçamento para 2003, se veio a concretizar e infelizmente de uma maneira ainda mais grave e catastrófica para o nosso concelho, e assim por este caminho não há volta a dar. Como nota final só dizer que os próximos

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

anos serão bastante negros para os munícipes do Bombarral que no caos instalado não terão qualquer futuro de vida neste concelho.”-----

-----A D. M.^a Los Angeles (CDU) disse ter ficado mais confusa com as explicações do senhor Presidente da Câmara. No dia 7 de Novembro o senhor Presidente disse à CDU que tinha dinheiro para pagar o subsídio de Natal e agora a situação já não é essa. Em relação ao GTL a informação que deu era que estavam a ser pagos por verbas inscritas no seu vencimento, agora é na rubrica do pessoal contratado. Depois de várias bancadas terem proposto a retirada desta proposta e a apresentação de outra, querem saber se o senhor Presidente da Câmara vai ou não ter em conta estas propostas e se vai ou não viabilizar o pagamento aos trabalhadores e à segurança social. Aconselhou-o a que para a próxima vez que se candidate à Câmara Municipal o faça com alguém com a capacidade da Dr.^a Regina Aires, porque só assim conseguirá gerir a Câmara Municipal. Não deve passar atestados de incompetência aos outros funcionários. -----

-----O senhor Paulo Pereira (PSD) lembrou que em relação à crítica de aproveitamento para investir em área diferentes das despesas com pessoal, a Câmara em anteriores assembleias foi criticada de não investir o dinheiro proveniente do saldo positivo da Conta de Gerência. Como diz o ditado, preso por ter e preso por não ter. Referiu também que a crítica de pôr funcionários contra funcionários, antes de ouvir as razões que lhe deram origem, é essa sim uma forma de tentar dividir os funcionários. É notório também o aproveitamento da grande presença de público, sempre bem-vindo, nesta Assembleia para denegrir a imagem do executivo camarário de todas as formas incluindo a denúncia de chantagem. Não sabe por esse prisma quem está a chantagear e a manipular a opinião pública. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) disse que o PS já nos habituou a uma confusão tremenda entre amiguismo e posições políticas. Assume que o vereador do PS não teve coragem de tomar uma posição concreta tendo receado as críticas dos funcionários. Não é por estar cá muito tempo que se faz obra e é essa a posição do vereador do PS. Comparem-se as verbas que o vice-Presidente da Câmara assegurou para obras e as verbas que o vereador Jorge Costa Pereira conseguiu. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que em todos os documentos distribuídos ressalta que sendo importante a questão dos salários, assume-se como necessário ponderar a necessidade de serem satisfeitos vários eixos de obrigação e responsabilidade. Não está a manipular a Assembleia Municipal. Pretendem esquecer que estando assegurado o pagamento dos vencimentos existe percentagem de obra física executada no pólo II e no Teatro Eduardo Brazão que por falta de cabimentação não foi paga. Se as obras com apoios comunitários não forem feitas dentro dos prazos a autarquia perde os apoios. O legislador não criou a lei para criar um expediente de que os executivos possam viver. Nunca minimizou nenhum trabalhador, apenas disse que a Divisão Financeira não tinha tempo para elaborar dois documentos ao mesmo tempo. O apuro técnico do trabalho apresentado foi feito pelos senhores deputados municipais.-----

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que em 30.10.2003 a posição existente na rubrica dos vencimentos apenas dava para pagar o mês de Novembro e o subsídio de Natal, sobrando cerca de € 20.000 que não chegam para pagar o mês de Dezembro. Para o pessoal contratado a termo certo existiam € 2.131 quando eram necessário € 19.578 para o vencimento de Novembro e € 16.530 para o subsídio de Natal. Para o pessoal em outra situação havia € 6.019 que foi cabimentado na sua totalidade no mês de Novembro. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que do seu vencimento retirou parte para pagar a técnicos. Quanto ao GTL a resposta foi dada em termos da indisponibilidade de verbas. Para os vencimentos de Dezembro o valor do orçamento de 2002 não compatibilizava. O presidente da Câmara nunca deixou de ter em conta as decisões da Assembleia Municipal, mas esta não é uma questão que possa ser resolvida como no caso das Juntas de Freguesia. Poderá ser resolvido para a semana mas não com interrupção da sessão. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que aquilo que quer saber é se há ou não possibilidade de fazer uma alteração orçamental mais profunda na totalidade do orçamento. O saldo de gerência era apenas para pagar dívida, só agora é considerado receita porque as Câmaras Municipais tinham feito despesas que não podiam. Questionou qual a remuneração da entidade bancária por ter o dinheiro pendente. Realmente as Câmaras Municipais têm de ser pessoas de bem e infelizmente não são porque não podem assumir despesas sem ter cabimento. É um contra senso desta Câmara ao arrepio do que faz o governo ao conter a despesa porque as receitas são cada vez menores. Se a Ministra Manuela Ferreira Leite souber desta situação é capaz de puxar as orelhas ao senhor Presidente da Câmara. -----

-----O senhor António Timóteo (CDU) perguntou novamente ao senhor Presidente da Câmara se pretende ou não retirar a proposta. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) lembrou que o próprio vice-presidente da Câmara tem puxado as orelhas ao senhor Presidente da Câmara. Começa a ser muito complicado saber o que se passa no PSD. PS e PSD trocaram farpas sobre uns que estavam e não faziam e outros que não estavam e faziam muito. Há uma acta em que o senhor vice-presidente da Câmara diz que anda em Lisboa a arranjar dinheiro para obras e depois a Câmara não dá andamento. Não consegue perceber porque é que isto não pode ser feito hoje. O senhor Presidente da Câmara deve saber o que tem de pagar de vencimentos até final do ano. -----

-----A D. Susana Manco (PS) disse que se o senhor vice-presidente da Câmara diz que anda em Lisboa a arranjar dinheiro não deve ser para obras porque nada vê. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se vale ou não a pena fazer um intervalo. Se se comprometer a que na próxima reunião leva esta proposta, então estão disponíveis para cá voltar no dia em que marcarem. Se o Presidente da Câmara não o fizer será o vereador do PS a fazê-lo. O PS não vai viabilizar a revisão tal como ela é hoje apresentada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara disse que não havia no orçamento possibilidade de viabilizar a questão orçamental. O saldo de gerência só pode ser

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

utilizado após uma revisão orçamental. Se possível não pisará nunca nenhuma mina. Quando em determinado momento referiu que tinham chegado a um certo consenso na necessidade de trabalhar o orçamento para 2004, porque a revisão tinha enquadramento legal, verifica que mesmo numa questão importante para a gestão municipal há reboço em a executar. O Presidente da Câmara não pode retirar a proposta depois de apresentada. O trabalho para elaboração de uma nova proposta tem de ser feito com dados precisos. Todos temos que assumir as nossas responsabilidades. Após esta troca de impressões não podem assacar responsabilidades ao Presidente da Câmara se houver perca de investimentos. A obra há-de aparecer. -----

-----A senhora Chefe de Divisai Financeira disse que efectivamente de forma a não violar o princípio do equilíbrio orçamental não haveria verbas em despesas correntes para fazer uma alteração orçamental. -----

-----O senhor Presidente disse que se tivesse feito uma alteração orçamental violando o princípio do equilíbrio orçamental teria recebido um rol de criticas. Se pega na possibilidade real, aqui d'el rei que está a usar um expediente. -----

-----O senhor Luís Montez (CDS/PP) declarou que "Discutimos hoje, esta revisão orçamental porque V.Ex.a e o seu executivo não quiseram ou não tivera a coragem política para apresentar um orçamento para 2003. V. Ex.a senhor Presidente da CM e o seu executivo sabem que se atempadamente, como prometeram em várias reuniões com a oposição, têm apresentado um novo orçamento para 2003 a esta Assembleia, o mesmo teria sido alvo de muita discussão mas por certo com concessões mutuas o mesmo estaria aprovado e hoje não estaríamos aqui a discutir a aprovação ou não desta revisão orçamental, estaríamos isso sim aqui a discutir o orçamento e opções do plano para 2004. Ao longo do mandato de V.Ex.a muitas decisões erradas, não sabemos bem se por intenção ou por defeito, tem sido tomadas nomeadamente na forma como tem conduzido os processos autárquicos em que V.Ex.a e o PSD necessitam do apoio da oposição para além do Partido Socialista. V.Ex.a Senhor Presidente da CM e o seu executivo tem conduzido este agora processo de revisão orçamental de uma forma errónea e na nossa opinião a raiar o limite da arrogância política de uma maioria que V.Ex.a e o seu partido já não tem no Concelho do Bombarral. V.Ex.a Senhor Presidente da CM, por oportunismo político, ou talvez até porque traído pelos do seu próprio partido, tem permitido que no exterior da Câmara surjam as mais erradas e divergentes opiniões sobre as consequências reais da aprovação ou não aprovação desta revisão orçamental. V.Ex.a permitiu que o bem estar social e emocional de alguns funcionários fosse alterado, V.Ex.a permitiu que quer alguns funcionários da CMB, quer os sindicatos com alguma representação na CMB, transformassem uma mera e normal revisão orçamental num "circo teatral dramático" em provocante ruptura entre os trabalhadores e a oposição. V.Ex.a Senhor Presidente da CM, deixou que OS sindicatos representados na CMB impunemente imputem culpas desta situação ao governo nacional do seu e do meu partido. Mas se V.Ex.a Senhor Presidente da CM e o PSD do Bombarral não desmentiram estas afirmações sindicais nós enquanto partido no governo desmentimos e afirmamos publicamente que o

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

governo de que faz parte o CDS/PP é totalmente alheio a esta situação preocupante criada unicamente por V.Ex.a Senhor Presidente da CM e pelo seu executivo partidário. Senhor Presidente da Câmara, se a intenção de V.Ex.a e do partido que o elegeu era dramatizar e transportar para esta Assembleia a responsabilidade de disponibilizar ou não os pagamentos dos vencimentos dos funcionários, nesta época natalícia, pela nossa parte dizemos já aqui aos funcionários da CMB que os seus vencimentos serão disponibilizados e nunca sequer estiveram em risco de o não serem. Não aprovamos o modo como V.Ex.a conduziu toda esta situação, porque sabemos que a CMB tem disponibilidade e capacidade financeira neste momento para efectuar o pagamento dos vencimentos e subsídios de natal aos funcionários. Assim, e uma vez mais, testemunhamos hoje, a forte capacidade manipuladora deste executivo para "sacudir a água do capote" e, afirmamo-nos convictos que quer esta Assembleia aprove ou não esta revisão orçamental os vencimentos dos funcionários serão pagos, possivelmente não hoje mas durante a próxima semana. Todos, no CDS/PP, temos a certeza que V.Ex.a Senhor Presidente da CM tem errado no modo e na condução de alguns assuntos do maior interesse para o desenvolvimento do Concelho do Bombarral, ao não dar ouvidos a algumas das muitas críticas da oposição. Todos no CDS/PP concordamos que é urgente mudar e V.Ex.a Senhor Presidente da CM tem que mudar, para seu bem para bem de todos nós para bem do Concelho do Bombarral. Assim, senhor Presidente da CM se o seu partido não quiser mudar o modo de gerir o Bombarral está V.Ex.a ainda a tempo de se juntamente com a oposição assumir um Compromisso real e verdadeiro com o Bombarral. Acredite V.Ex.a Senhor Presidente da CM que estamos convictos que V.Ex.a foi apanhado numa guerra interna do seu partido e, agora quer, e está no seu direito, tirar partido político desta situação. Mas desde já lhe garantimos que não será á custa do CDS/Partido Popular que aqui representamos. Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Esta Assembleia poderá aprovar ou reprová-la esta revisão orçamental mas, nem o Senhor Presidente da CM nem o partido que o sustenta, nem outros dirão que o CDS/PP inviabilizou ou viabilizou esta revisão, não pomos em causa um direito fundamental de todos OS trabalhadores, o direito à retribuição mas também não aceitamos pressões externas ás nossas decisões. Senhor Presidente da CM, Senhores Vereadores do PSD Temos afirmado desde a nossa recente Convenção Autárquica do Bombarral, que o CDS/PP perdoa mas não esquece. E aqui uma vez mais afirmamos que contrariamente ao que alguns gostariam, o CDS/PP no Bombarral não é um partido á deriva. É um partido a uma só voz, é um partido com rumo, é um partido de autarcas que são responsáveis, tem opinião e não estão amordaçados, e é um partido que responsável mente "Assumiu um Compromisso com o Bombarral" e que assume os compromissos que toma, para mais tarde aos seus eleitores prestar contas. Demonstrámos o nosso descontentamento no Plenário da Câmara Municipal tendo o vereador eleito nas listas do CDS/PP assumido uma posição e votado contra esta revisão orçamental. Mas, nunca fomos, não somos nem seremos entrave na resolução de qualquer problema preocupante e fundamental para o Concelho do Bombarral. Por isso Senhor Presidente da CM assumia um compromisso de contenção orçamental para 2004 que nós aqui hoje não seremos entrave a esta

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

revisão e dar-lhe-emos o benefício da dúvida, mais uma vez, até ao próximo orçamento. E apenas um Bombarral mais moderno, mais eficiente, mais competente, mais poupado e sobretudo mais dinâmico perante os desafios do futuro que o CDS/PP quer.” -----

-----O senhor Fernando Venâncio (BP) disse que o que lei permitiu foi que o saldo de gerência fosse utilizado como receita para contrapor às despesas. Ficou provado que pode haver uma alteração orçamental. O senhor Presidente cometeu um erro e tem de resolvê-lo. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que há tempos a esta parte tem tido perante a composição da Assembleia Municipal uma atitude de abertura e de diálogo, embora devido à contingência da sua acção talvez não tenha sido real em termos de transformação. O próprio clima das reuniões de Câmara é sinónimo das propostas em termos de alternativa. A Câmara Municipal teve ontem uma reunião para começar a analisar o orçamento e PPI para 2004, esperando na próxima terça-feira obter um manancial de questões para que se possa fazer um reajustamento e ponto de equilíbrio. Não pode ter uma posição irreduzível nem sectária. -----

-----A D. M.^a Los Angeles (CDU) declarou que “De todas as vezes que fomos confrontados com decisões que tínhamos de tomar sob pressão, no último dia, na última hora, decidimos sempre, e bem, não ceder a chantagens. Desta vez, e é bom que fique claro, temos plena consciência que fomos manipulados e que abrimos um precedente que vai contra a atitude que considerávamos ser a mais correcta e coerente com a nossa postura de defesa das populações que nos elegeram. No nosso sentido de voto, porque pertencemos a uma Coligação Política que se assume como uma força de pertença e defesa da classe trabalhadora, pesou mais a defesa dos direitos dos trabalhadores (já tão maltratados e vilipendiados pelo actual governo) pelo que não podemos de forma alguma aceitar que estes sejam mais uma vez injustamente penalizados, quando não foram tidos nem achados para esta situação. Esta é a única razão para não avalizando não inviabilizarmos esta revisão.” -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) solicitou informação do ponto de vista técnico sobre se com uma alteração orçamental se resolvia ou não este problema. Se a resposta for negativa, pode dizer em nome dos vereadores do Bombarral Primeiro dizer que votarão favoravelmente uma proposta de revisão orçamental que contemple única e exclusivamente o pagamento de salários até final do ano de 2003. Propôs ao plenário que peça aos vereadores que intervenham dizendo se estão ou não dispostos a proceder da mesma forma. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu que a Mesa não pode aceitar a proposta porque cabe ao Presidenta da Câmara dar a palavra aos vereadores. A Mesa está disposta a interromper os trabalhos se o senhor Presidente da Câmara o solicitar para fazer uma reunião de Câmara extraordinária. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse que aquilo que propôs é que o plenário solicite autorização ao senhor Presidente da Câmara para os vereadores serem ouvidos sobre o seu sentido de voto. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu que a Mesa não considera a proposta formulada em termos regimentais. -----

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

-----O senhor Abel Henriques (BP) recorreu para o plenário da decisão da Mesa.

-----Colocado o recurso à votação foi o mesmo aceite com 16 votos a favor (8 do BP, 4 do PS, 2 do PSD e 2 da CDU), 3 abstenções (2 do CDS/PP e do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal) e 7 votos contra (7 do PSD). -----

-----Colocada a proposta do Bombarral Primeiro à votação foi a mesma aprovada com 16 votos a favor (1 do PSD, 8 do BP, 5 do PS e 2 da CDU) e 10 abstenções (8 do PSD e 2 do CDS/PP). -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que relativamente à questão colocada anteriormente, a decisão que tomou é que a Assembleia Municipal é soberana e cada um tem de assumir as suas responsabilidades. A proposta agendada, se for reprovada, os serviços terão que a reformular e procurar os valores exactos. Não querendo criar nenhum caso parece-lhe que não existem razões para dar autorização aos senhores vereadores para se pronunciarem. Sem violar o princípio do equilíbrio orçamental não é possível fazer uma revisão ao orçamento. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Financeira disse que de acordo com os princípios orçamentais, sem violar o princípio do equilíbrio orçamental, não existem verbas em orçamento para canalizar para outras rubricas. -----

-----Em defesa da honra o senhor vereador Jorge Costa Pereira, disse que as declarações do senhor João Paulo Hermenegildo são falsas, tendo que alertar a Assembleia Municipal que este senhor deputado está a tentar confundir os presentes porque tem a acta na mão e está a confundir uma declaração do período antes da ordem do dia com a intervenção na discussão da revisão orçamental. Na ordem do dia colocou todas as suas dúvidas e o senhor João Paulo Hermenegildo está de propósito a confundir a Assembleia Municipal. O senhor João Paulo Hermenegildo está confuso porque queria que ele tivesse votado contra, o que é caricato sendo ele líder da bancada do PSD. O senhor João Paulo Hermenegildo está completamente errado e os seus recados têm outros destinatários. Tem sempre recebido mensagens de congratulação e de satisfação por parte do senhor Presidente da Câmara e dos vereadores do PSD. Como vereador tem assumido posições responsáveis após colocar as suas dúvidas, que aliás ainda mantém. Pediu um parecer à Direcção Geral da Administração Autárquica que disse que as operações de tesouraria não podem ser utilizadas como fonte de receita. Quanto aos pelouros não se preocupem que vai resolver esse problema. -----

-----Colocada a proposta de revisão à votação foi a mesma reprovada com 8 votos a favor (8 do PSD, 4 abstenções (2 do CDS/PP e 2 da CDU) e 14 votos contra (8 do BP, 5 do PS e 1 do PSD). -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse ter resultado desta sessão um consenso para resolver a situação dos funcionários rapidamente. Foram propostas várias soluções, pelo que põe à consideração a realização de uma sessão extraordinária na próxima terça-feira. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a Mesa está disposta a desenvolver todos os esforços para convocar uma sessão com urgência, bastando

ACTA N.º 08/2003 – Reunião de 28 de Novembro de 2003

para tal acordo dos líderes de bancada, solicitando para o efeito uma reunião no final da presente sessão.-----

-----Pelas 01.00 horas, foi deliberado por unanimidade prolongar a sessão por mais uma hora.-----

-----Seguidamente foram os trabalhos interrompidos por 5 minutos.-----

-----Pelas 00.20 horas foi a sessão reatada com a presença de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

-----**ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:** Foi presente a seguinte proposta do Bombarral Primeiro: “O grupo municipal O Bombarral Primeiro propõe como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia no Conselho Municipal de Educação a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça.”-----

-----Foi presente a seguinte proposta do PSD: “A bancada do PSD propõe como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia no Conselho Municipal de Educação o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bombarral.”-----

-----Efectuada votação por escrutínio secreto votaram na proposta do movimento Bombarral Primeiro, 15 membros da Assembleia; votaram na proposta do PSD 11 membros da Assembleia. Ficou eleita como representante dos Presidentes de Junta de Freguesia no Conselho Municipal de Educação a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça.-----

-----**COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO:** Foi presente a seguinte proposta do Partido Socialista: “O Partido Socialista propõe que os cidadãos Maria do Rosário Carvalho S. F. da Fonseca (professora do 1.º ciclo do ensino) e Cláudio Cavaco (professor do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico), sejam designados por esta Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, em virtude de ao longo da sua vida profissional terem mantido um relacionamento próximo com crianças e jovens, tendo assim um conhecimento privilegiado nesta área.”-----

-----Efectuada votação por escrutínio secreto foi esta proposta aprovada por maioria com 15 votos a favor, 5 votos contra e 6 votos em branco.-----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 01.35 horas, foi a sessão encerrada a lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois Secretários.-----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: